



SOL

12-10-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 25000

Temática: Justica

Dimensão: 2524 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/26/27

TANCOS. MARCELO MANDA DOCUMENTAÇÃO PARA OS AUTOS

Apesar de o MP não ter podido ouvir o PR, o processo tem um apenso só com documentação remetida por Belém **Págs. 26-27**

Sociedade

TANCOS OS DOCUMENTOS QUE MARCELO ENVIOU AO MP

Carlos Diogo Santos
carlos.santos@sol.pt

Felícia Cabrita
felicia.cabrira@sol.pt

Presidente da República não foi ouvido como queriam os magistrados, mas enviou documentos para o processo. 'Telefone seguro' e emails comprometem ex-ministro e Marcelo.

Cerca de duas semanas depois de Azeredo Lopes se ter demitido do Ministério da Defesa, em outubro de 2018, a Presidência da República enviou à Procuradoria-Geral da República uma série de correspondências de um coronel, João Santos Fernandes, que assegurava ter informação relevante para fornecer sobre o caso de Tancos. Nas várias missivas, o militar começara por se apresentar nomeando os seus feitos: investigara a morte de Humberto Delgado, integrara a DINFO (antiga secreta militar) e tinha trabalhado em missões de recolha de informações e investigação militar nacional e internacional no âmbito da Nato.

Feitas as honras da casa, o coronel esgrimiu a sua tese: poderia haver uma correlação entre o roubo de Tancos e um anterior na mesma base militar em que era arguido um sargento chefe que estaria a ser julgado num processo de roubo de armas em Braga. Entre as descrições, por vezes delirantes, o coronel faz mesmo chegar a Belém uma

carta dirigida ao presidente Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) por causa de uma multa que levou por excesso de velocidade por, segundo ele, estar a ser perseguido por um veículo suspeito.

Esta correspondência, sem qualquer utilidade para a investigação, enviada para a Procuradoria-geral da República pelo atual chefe da Casa Militar de Marcelo Rebelo de Sousa, o tenente-general João Vaz Antunes, não deixou de causar estranheza entre os procuradores da operação Húbris, que acabaram por arquivá-la entre os vários apensos do processo.

No entanto, o expediente do chefe da Casa Militar contrasta com o seu antecessor, João Cordeiro, que o MP suspeita ter estado sempre a par da investigação paralela da PJM para recuperar as armas de Tancos, incluindo documentação relevante como o Memorando da PJM que nunca fez chegar ao processo. No processo judicial, que o SOL consultou, fica claro, através do cruzamento de várias informações, como os testemunhos de arguidos, registos

telefónicos, SMS e correspondência eletrónica que o ex-diretor da PJM, Luís Vieira, foi mantendo Cordeiro a par das diligências que estavam a ser feitas por aquela polícia para recuperar as armas de Tancos nas costas da PJ e à revelia do despacho dado pela então procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal.

No dia 3 de julho de 2017, depois de uma conversa telefónica tensa com Joana Marques Vidal, Luís Vieira vai a casa do ex-ministro Azeredo Lopes, em Lisboa, para pedir ajuda e mostrar o seu desagrado pelo facto de crimes que considera serem estritamente militares estarem a ser investigados pela Judiciária civil. A conversa assume especial relevância, dado que no dia seguinte ambos vão estar juntos com o Presidente da República na visita do chefe de Estado a Tancos.

O que disse o Presidente antes de chegar a Tancos

No dia seguinte, antes de chegar a Tancos, Marcelo Rebelo de Sousa reiterou a necessidade de se apurarem «factos e responsabilidades»: «Pensando no prestígio de Portugal, no prestígio das Forças Armadas, pensando na autoridade do Estado e na segurança das pessoas, é muito simples: tem de se apurar tudo, de alto a baixo, até ao fim, doa quem doer». O Presidente da República foi ainda mais longe, ao re-



ferir que era preciso «uma investigação total, integral», não «deixando ninguém imune».

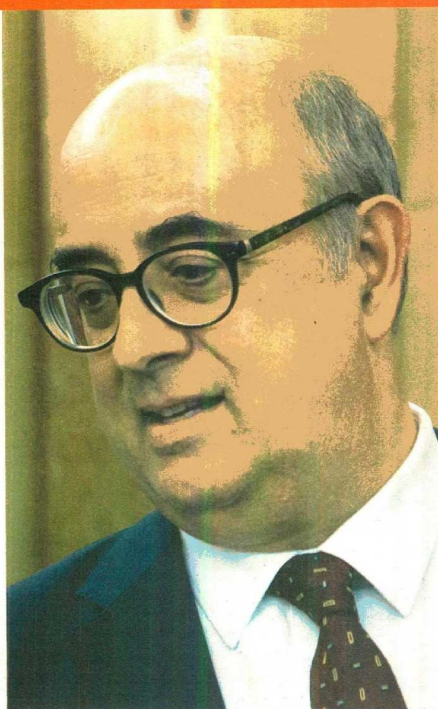
Na visita de Marcelo aos Países Nacionais de Tancos quem está presente da parte da investigação, explica o despacho de acusação, são apenas elementos da PJM – que vão vestidos a rigor com o coléte da PJM por determinação de Vieira. No encontro participaram ainda o chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, o então chefe da casa militar de Marcelo Rebelo de Sousa, Azeredo Lopes e o seu chefe de gabinete. E se na parte pública nada mais se viu do que a exibição da PJM fardada a rigor, já na reunião privada Luís Vieira não se inibiu de mostrar o seu descontentamento e tentar reverter a decisão da PGR.

A reunião à porta fechada haveria de ser conhecida através de um email que o diretor da PJM havia de enviar para si próprio com uma descrição para memória futura: «Dia 4 Tancos: 1. Visita paicís com investigadores PJM a explicarem PR o que se passou. 2. Reunião, porta fechada. Na mesa: PR, MDN, Chefe Casa Militar. Eu, SEDN, CEME, CEMGFA. 3. A

volta assessores e Oficiais. 4. A conversa só entre mim e PR. Perguntava-me pormenores. Eu disse-lhe: Sr. Presidente, tem atrás de mim os investigadores que estiveram aqui 4 dias e 4 noites sem se deitarem. Eles sabem responder a isso. Mas, outra coisa me preocupa, tive um telefonema da PGR a dizer-me que não teria Inquérito. A PJ ficava com ele. 5. Respondeu-me havia uma dramatização e que teria que ter paciência. Insisti com o quadro jurídico da PJM que tem neste facto competências específicas, exclusivas. 6. Entretanto os meus investigadores entrevistaram e responderam aos pormenores que o PR queria. 7. O PR acabou por prometer que iria estudar, depois falar com a PGR enquanto o MDN falaria com a sua congénere [ou seja, a ministra da Justiça]. 8. Na sexta logo de manhã deram-nos o inquérito».

O que disse Marcelo após a visita e o resto das conversas

No final do encontro, o chefe de Estado fez um ponto da situação:



Presidente da República enviou documentos para o DCIAP. Luís Vieira quis manter o poder político informado. E Azeredo é suspeito de tudo saber sobre a farsa e nada fazer

«Foi útil, muito útil, em termos informativos e também ocasião para apoiar a investigação em curso e apoiar e incentivar aquilo que venham a ser os passos seguintes na investigação».

Dois dias após a visita, com grande à-vontade, são trocadas várias mensagens entre Luís Vieira e João Cordeiro. No dia 7 de julho o diretor geral da PJM telefonou para o telemóvel de João Cordeiro, quando ambos se encontravam nas instalações da

PJM e no Palácio de Belém, respetivamente.

Em todos estes contactos que se seguiram ao encontro em Tancos, segundo a acusação, Luís Vieira tinha o objetivo de perceber se as suas palavras tinham surtido efeito junto do Presidente da República.

Num dos emails, enviado a 31 de julho, Luís Vieira vai direto ao assunto: «Meu General, Não sei bem como colocar a questão. Não será possível o nosso Presidente, junto da PGR, obter,

sensibilizar, para que este Inquérito deixe de estar delegado na PJ e sim, como seria correto desde início, na PJM? Estão presentes três ordens de razão: 1. A Lei (CJM); 2. A segurança de Investigadores da PJM; 3. Investigação em toda a extensão dos factos. Um abraço».

MP considera que chefe da Casa Militar de Marcelo sabia

O Ministério Público conclui, por isso, não ser verdade o que sempre disse João Cordeiro: «Ao contrário do afirmado por João Cordeiro que respondeu que não recebeu, a título pessoal ou enquanto Chefe da Casa Militar do Presidente da República, e-mails de Luís Vieira, a verdade é que, pelo menos, recebeu [...] três e-mails».

As comunicações eram tão fluidas que o chefe da casa militar de Marcelo Rebelo de Sousa soube do achamento ainda antes de ser enviado o comunicado para as redações e de o Departamento Central de Investigação e Ação Penal, bem como a Polícia Judiciária, terem assim conhecimento do caso. Isto porque Luís Vieira fez uma cha-

mada para o chefe da Casa Militar do Presidente mais de vinte minutos antes do comunicado: «Às 09h39 [do dia 18/10/2017], a PJM ainda não tinha tornado público o achamento, uma vez que só veio a emitir o comunicado depois das 10h. Não é, pois, credível a afirmação de João Cordeiro de que soube do Achamento através da comunicação social, e não, precisamente, através de Luís Vieira que lhe telefonou logo de manhã».

Os emails que comprometem ex-ministro e Marcelo

Emails trocados entre Luís Vieira e o inspetor-chefe da PJM Vasco Brazão, a 19 de outubro, desmentem as insistentes alegações de João Cordeiro e do ex-ministro da Defesa, Azeredo Lopes, de que desconheciam a encenação preparada com os ladrões para a recuperação do material furtado.

Tal como o jornal i revelou esta semana, Azeredo Lopes garantiu não ter marcado nem estado presente numa reunião crucial que ocorreu a 20 de outubro de 2017 (alegou que estava no Porto). O encontro foi organizado no Ministério da Defesa, tendo os responsáveis da PJM entregado ao seu chefe de gabinete um memorando narrando o que se passara. Mas as comunicações eletrónicas entre Vieira e Brazão indicam que, na véspera desse dia, os dois oficiais preparavam documentação exaustiva sobre a ocorrência para enviar ao ministro por via digital segura – através da aplicação WhatsApp. Na véspera, já sabiam que iam conseguir falar com o ministro, referindo inclusivamente que tal contacto ia ser feito através de um telefone seguro.

No email trocado entre Luís Vieira e Vasco Brazão nesse dia 19 de outubro pode ler-se como ambos já sabiam que iam entrar em contacto com o ministro no dia seguinte, apesar de este estar ausente do Ministério. Referem até o alegado conhecimento da Casa Militar de Marcelo, conjecturando sobre se o próprio primeiro-ministro não teria conhecimento. «A atualização deste documento, com esta forma ou outra. Como é por telefone seguro do gabinete mdn [Ministro da Defesa Nacional] eu quero mandar-lhe documentos e responder a dúvidas. Mas quero inserir neste documento a enviar em referências na fita ou em observações.

Atenção que eu ao chefe da casa militar do PR contei tudo o que sabia referida à data de 19set. O 1.º min [António Costa] deve estar a receber inputs de vários lados», lê-se na correspondência eletrónica.

Mais tarde quando foi ouvido pelo juiz de instrução criminal João Bártolo, Azeredo Lopes viria a referir que, nessa reunião de 20 de outubro, Luís Vieira disse ao seu chefe de gabinete que o Presidente da República já tinha tido conhecimento do assunto que ali se tratara.

Azeredo sabia da investigação da PJM desde agosto

O conhecimento do ex-ministro, segundo consta no processo, já tinha de muito antes. Logo a 4 de agosto, numa reunião entre Luís Vieira e Azeredo Lopes, foram entregues ao então ministro «03 (três) documentos, num total de 05 (folhas)». Um dos documentos era um «Memorandum», «com o timbre da Polícia Judiciária Militar, datado de 4 de agosto de 2017 e assinado pelo ex-diretor-geral da Polícia Judiciária Militar, cujo conteúdo configura uma pronúncia jurídica acerca da conexão processual entre crimes estritamente militares e os demais crimes e aborda o papel atribuído à Polícia Judiciária Militar no processo-crime de Tancos». O segundo documento era uma «Fita do Tempo» e o terceiro era «uma reprodução do Despacho dos Dignos Magistrados do Ministério Público, titulares dos presentes autos, a determinarem a delegação de competências investigatórias na Unidade Nacional Contraterrorismo da Polícia Judiciária».

Os elementos da PJM e da GNR que fizeram parte da farsa acabaram por ser louvados com proposta de Azeredo e concordância do ministro da Administração Interna a 6 de março de 2018, sendo que ainda lhes passou pela cabeça que Marcelo poderia presidir à cerimónia, como refere Brazão num documento datado de dezembro: «Todos os militares envolvidos são merecedores de serem justamente louvados pelos respectivos ministros, aliás o mais justo seria Maj Pinto da Costa, 1Sar Carvalho e o SAJ Lima Santos serem agradados pelo Presidente da República».

Brazão enganava jornalistas

Enquanto os elementos da PJM desenvolviam esforços para recuperar o material, com diálogos com o homem que os furtou dos Países Nacionais de Tancos, iam tentando enganar também os jornalistas, nomeadamente Vasco Brazão. A 1 de setembro de 2017, Brazão e José Costa, ambos da PJM, estiveram em Pombal, onde João Paulino escondera as armas após o roubo, mas as informações que deram aos jornalistas eram manipuladas. A 8 de setembro Vasco Brazão enviava um email ao diretor da PJM a explicar como tinha driblado o jornal *Pública*: «Bom dia Sr. Diretor, fui contactado por esta jornalista e a única coisa que lhe disse foi que o material já deveria ter saído do país».